

5. Legislação Incidente

No presente capítulo serão analisados os aspectos relacionados ao empreendimento do ponto de vista normativo, considerando as questões legais e institucionais que norteiam o empreendimento e as possíveis restrições ambientais decorrente da legislação incidente.

Para tanto serão analisadas as legislações vigentes nos âmbitos Federal, Estadual e em especial as do Município de Jundiaí relativas às diretrizes de planejamento territorial, contempladas no Plano Diretor Municipal e na Lei de Uso do Solo.

E ainda, serão analisados os demais aspectos relevantes ao empreendimento, considerando as Áreas de Preservação Permanentes, Unidades de Conservação, em especial a APA de Jundiaí.

Neste sentido as referidas legislações serão analisadas pelos temas mais relevantes para um empreendimento deste porte, quais sejam: Licenciamento Ambiental; Zoneamento; Áreas de Preservação Permanente (APPs); Vegetação; Unidades de Conservação (UCs); Recursos Hídricos; Poluição, considerando os aspectos relacionados à água, ar, ruído e solo; e finalmente Compensação Ambiental.

Ao final do texto será apresentada uma planilha contendo as legislações pertinentes ao empreendimento em questão, ressaltando que foram mencionadas no texto apenas as estritamente relevantes.

5.1. Licenciamento e Estudo de Impacto Ambiental

O Licenciamento Ambiental, assim como o Estudo de Impacto Ambiental (Avaliação de Impacto Ambiental) são instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938/81) e foram assimilados pela Constituição Federal de 1988.

De acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente são passíveis de licenciamento “a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e as atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento por órgão Estadual competente, integrante do SISNAMA” (art. 10, Lei Federal nº 6.938/81).

Tanto a Política Nacional de Meio Ambiente quanto a Constituição Federal trazem a obrigatoriedade de elaboração de Estudo de Impacto Ambiental para empreendimentos ou atividades potencialmente causadores de danos ao meio ambiente.

A Resolução CONAMA nº 01/86 estabeleceu a obrigatoriedade da análise, por parte do órgão Estadual competente, de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), com vistas ao licenciamento de atividades potencialmente causadoras de danos ao meio ambiente, como é o caso dos loteamentos, ou como determina a norma, projetos urbanísticos, acima de 100 ha (cem hectares), que é o caso presente, ou em áreas consideradas de relevante interesse ambiental a critério dos órgãos ambientais competentes.

Cabe esclarecer que a área do loteamento está localizada na APA de Jundiáí, ou seja, num local de relevante interesse ambiental.

Ainda no tocante aos Estudos Ambientais, cumpre ressaltar que foi elaborado anteriormente, ao processo de licenciamento em curso, um Diagnóstico Ambiental da área que embasou o Plano de Trabalho, que originou o Termo de Referência do DAIA e a Deliberação nº 01/2007 do Conselho Gestor das APA's de Cajamar, Cabreúva e Jundiáí, que nortearam a elaboração deste EIA (ver **Anexo 1**).

O detalhamento dos procedimentos e critérios a serem utilizados no licenciamento ambiental nas diferentes esferas de governo foi determinado pela Resolução CONAMA nº 237/97. Esta resolução estabelece que o órgão Estadual responsável pelo licenciamento procederá a este após considerar o exame técnico do empreendimento por parte dos órgãos ambientais dos Municípios, nos quais se localizar a atividade ou o empreendimento, bem como, quando couber, após considerar o parecer dos demais órgãos competentes envolvidos no processo de licenciamento (art. 5º da Resolução CONAMA nº 237/97).

Importante ressaltar que o empreendimento e atividades serão licenciados em um único nível de competência. No caso deste empreendimento o licenciamento será realizado pelo órgão ambiental Estadual competente, ou seja, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, e a CETESB, ouvidos o Município de Jundiáí e os demais Órgãos competentes.

Assim, ao Órgão Ambiental Municipal cabe manifestar-se sobre assuntos de interesse local (art. 6º, da Resolução CONAMA nº 237/97) e emitir, obrigatoriamente, a certidão da Prefeitura Municipal, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável de uso e ocupação do solo. Quando for o caso, cabe aos órgãos competentes emitirem a autorização para a supressão de vegetação e a outorga para o direito de uso da água (art. 10, § 2º da Resolução CONAMA nº 237/97).

No caso específico de parcelamento de solo urbano, a Lei Federal nº 6.766/79, Lei Lehmann, determina que esse pode ocorrer de duas formas: loteamento ou desmembramento. Neste caso específico trata-se de loteamento que seguirá as diretrizes da legislação vigente.

A Lei Lehmann determina que somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas ou de expansão urbana; assim definidas por Lei Municipal. O empreendimento "**Loteamento AlphaVille Jundiáí**" está localizado no perímetro urbano de Jundiáí, estando no limite com a zona rural, limitada na área pela rodovia dos Bandeirantes, de acordo com as diretrizes do Plano Diretor Municipal (Lei Complementar nº 415/04) e da Lei Complementar nº 416/04 que estabelece diretrizes para ocupação do solo.

Importante deixar claro que não será permitido o parcelamento do solo nas seguintes situações: (a) em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas; (b) em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados; (c) em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento) salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes; (d) em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação e (e) em áreas de preservação ecológica ou

naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção (Parágrafo único, do art. 3º, da Lei nº 6.766/79). Cumpre ressaltar que de acordo com o estudo ambiental realizado na área do empreendimento não foram caracterizadas as situações mencionadas.

A referida Lei conceitua loteamentos como a “*subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes*” (art. 2º, § 1º).

Ficam determinados ainda pela supracitada lei que os loteamentos deverão atender, pelo menos, aos seguintes requisitos, *verbis*:

“I - as áreas destinadas a sistema de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação prevista para a gleba, ressalvado o disposto no § 1º deste artigo;

II - os lotes terão área mínima de 125 m² (cento e vinte e cinco metros quadrados) e frente mínima de 5 m (cinco metros), salvo quando a legislação Estadual ou Municipal determinar maiores exigências, ou quando o loteamento se destinar à urbanização específica ou edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, previamente aprovados pelos órgãos públicos competentes;

III - Ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias, ferrovias e dutos, será obrigatória a reserva de uma faixa “non aedificandi” de 15 (quinze) metros de cada lado, salvo maiores exigências da legislação específica;

IV - as vias de loteamento deverão articular-se com as vias adjacentes oficiais, existentes ou projetadas, e harmonizar-se com a topografia local.

1º - A percentagem de áreas públicas previstas no inciso I deste artigo, não poderá ser inferior a 35% (trinta e cinco por cento) da gleba, salvo nos loteamentos destinados ao uso industrial cujos lotes forem maiores do que 15.000 m² (quinze mil metros quadrados), caso em que a percentagem poderá ser reduzida.

2º - Consideram-se comunitários os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares.

3º - Se necessária, a reserva de faixa não edificável vinculada a dutovias será exigida no âmbito do respectivo licenciamento ambiental, observados critérios e parâmetros que garantam a segurança da população e a proteção do meio ambiente, conforme estabelecido nas normas técnicas pertinentes. (art. 4º)”.

Analisando o projeto do empreendimento “**Loteamento AlphaVille Jundiáí**” pode-se concluir que os requisitos mínimos mencionados foram plenamente atendidos, cabendo dizer que está de acordo com a Legislação Federal vigente, não havendo qualquer impedimento.

Especificamente no Estado de São Paulo, o Decreto nº 8.468/76 determina que, para efeito da obtenção das Licenças Prévia, de Instalação e de Operação, são consideradas como fontes de poluição todo e qualquer loteamento ou desmembramento de imóveis, condomínios horizontais ou verticais e conjuntos habitacionais, independentemente do fim a que se destinam (art. 57).

O mesmo Decreto Estadual prevê que não será expedida a Licença de Instalação quando houver indícios ou evidências de que ocorrerá lançamento ou liberação de poluentes nas águas, no ar ou no solo. E no caso específico dos loteamentos o empreendedor deverá comprovar que a área objeto do licenciamento não apresenta impedimentos à ocupação proposta, sob o ponto de vista ambiental e de saúde pública (caput e § 1º).

No que diz respeito à implantação de loteamentos, o Decreto Estadual estabelece regras a serem seguidas pelo empreendedor, sob pena de, em assim não sendo, não lhe serem concedidas as respectivas licenças.

Neste sentido, a CETESB (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental) deve se manifestar em relação aos seguintes aspectos de loteamentos: sistemas de abastecimento de água; sistemas de coleta, tratamento e disposição de esgotos sanitários; compatibilidade do empreendimento com o zoneamento estabelecido para o local, assim como a sua compatibilidade com a ocupação do solo circunvizinho e sistemas de coleta e disposição de resíduos (art. 67, Decreto nº 8.468/76).

A CETESB exige dos empreendedores: a implantação de sistemas de abastecimento de água e de coleta, afastamento, tratamento e disposição de esgotos ou a interligação do empreendimento aos sistemas públicos existentes e uma solução para a coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos. Lembrando que, no caso de sistemas individuais de tratamento e disposição de efluentes, o empreendedor deverá fazer constar do instrumento de compra e venda da unidade resultante do parcelamento, a obrigação de implantação dos mesmos antes da ocupação dos lotes (art. 68, Decreto nº 8.468/76).

Cumpra esclarecer que a Licença de Operação só será concedida após terem sido implantadas obras que assegurem o escoamento ou a drenagem das águas nos terrenos alagadiços e sujeitos a inundação e os sistemas e serviços de que acima descritos. Mais uma observação deve ser feita sobre a concessão de licenças. As Licenças de Instalação e de Operação ficam condicionadas à vistoria prévia no local onde o interessado pretende implantar o empreendimento (art. 69-B, Decreto nº 8.468/76).

Por tratar-se de um empreendimento habitacional, um outro órgão deverá ser consultado, o GRAPROHAB (Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais). Este órgão foi criado para centralizar e agilizar o trâmite dos projetos habitacionais no âmbito do Estado de São Paulo. Trata-se de um grupo composto por representantes de vários órgãos, dentre eles a CETESB e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SMA), aos quais incumbe licenciar as atividades consideradas efetivas e potencialmente poluidoras, como é o caso de loteamentos e como dito anteriormente.

No caso de loteamentos há uma especificidade no processo de licenciamento, em vez de Licença de Instalação (LI) essas atividades estão sujeitas à obtenção do Certificado de Aprovação, mediante parecer favorável de todos os órgãos componentes do GRAPROHAB.

Esse Certificado equivalerá à Licença de Instalação (LI), sendo que dele constarão, se for o caso, as condicionantes para serem atendidas pelo empreendimento.

Cabe ressaltar que há a exigência de licenciamento ambiental também por parte do Decreto Estadual nº 43.284/98, art. 10, §1º, que regulamentou a APA de Jundiáí, na qual o empreendimento está localizado.

5.2. Zoneamento: A Localização do Empreendimento em Relação ao Zoneamento Municipal e Estadual

A área do loteamento está inserida em área urbana, mais especificamente na Zona de Conservação Ambiental (ZC), abrange áreas que, em função de sua localização e do interesse de proteção de seus atributos naturais, necessitam de critérios especiais de uso e ocupação do solo (Art. 6º, Lei Complementar Municipal nº 416/04).

Ainda considerando a Lei de Uso do Solo de Jundiáí, a execução de novos empreendimentos ou a utilização de glebas com área superior a 2.000 m² (dois mil metros quadrados) deverão garantir áreas mínimas permeáveis nos seguintes percentuais e condições para as Zonas de Conservação Ambiental Urbanas devem ter 30% da área do imóvel representada por áreas verdes quando se tratar de loteamento.

O terreno está inserido na bacia do rio Tietê, a qual faz parte da UGRHI-5 – Piracicaba/Capivari/Jundiáí. Está situado especificamente, na Bacia do rio Jundiáí que ocupa uma área de 1.150 km².

O Plano Diretor determina que as novas ocupações poderão ter no máximo 16 hab/ha (dezesseis habitantes por hectare) (art. 59, Lei Complementar Municipal nº 415/04). O empreendimento em questão atenderá as exigências do Plano Diretor no tocante ao número máximo de habitantes por hectare, conforme detalhamento do projeto.

Quanto se trata do Zoneamento Estadual, tem-se a regulamentação dada pelo Decreto nº 43.284/98, que regularizou a APA de Jundiáí. De acordo com esse zoneamento, o empreendimento está situado na Zona de Restrição Moderada que é destinada à proteção dos remanescentes de mata nativa e das várzeas não impermeabilizadas, conforme figura apresentada no Capítulo 7 de *Diagnóstico Ambiental*, no item referente ao Meio Biótico.

Outras restrições em relação ao uso do solo foram determinadas pela Lei de Uso do Solo (Lei Complementar Municipal nº 416/04), os loteamentos serão permitidos somente em terrenos adequados ao uso para fins urbanos, observadas as seguintes condições, art. 65, *verbis*:

“I - os terrenos baixos, alagadiços, insalubres, que tenham sido aterrados com materiais nocivos, ou sujeitos a inundações serão considerados inadequados, até que sejam executados os serviços ou obras de saneamento de águas, aprovados pelo Órgão Municipal competente;

II - deverão ser mantidas as florestas e demais formas de vegetação situadas em encostas com declividade superior a 45º (quarenta e cinco graus).

§ 1º. As encostas cuja inclinação ultrapasse 30% (trinta por cento) serão consideradas faixas não edificáveis, a menos que o projeto apresente alteração tecnicamente possível para ocupação.

§ 2º. É proibida a remoção de matas naturais ou artificiais sem autorização dos órgãos técnicos da Prefeitura, observadas as disposições das legislações Federal e Estadual.”

Analisando o projeto do empreendimento é possível verificar que as restrições determinadas pela Legislação Municipal serão atendidas.

O **Anexo 3** apresenta a Certidão de Uso do Solo emitida pela Prefeitura atestando a compatibilidade do empreendimento com as posturas Municipais de Planejamento.

5.3. Áreas de Preservação Permanente (APP)

De acordo com o Código Florestal, Lei Federal nº 4771/64 e alterações, a APP é a área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas. Diante dessa definição, tem-se que não há a necessidade desta área ser coberta por vegetação, contanto que seja preservada.

As delimitações e as caracterizações das APPs foram dadas pelo próprio Código Florestal e mais recentemente pelas Resoluções do CONAMA, Resoluções nº 302/02 e nº 303/02.

De acordo com o Código Florestal e com a Resolução CONAMA nº 303/02, é considerada APP a área situada em faixa marginal, medida a partir do nível mais alto, em projeção horizontal, com largura mínima de 30 (trinta) metros para o curso d'água com menos de 10 metros de largura. No caso do empreendimento em tela, todos os cursos d'água existentes no local têm no máximo 10 (dez) metros, ficando preservadas as APPs de 30 (trinta) metros de acordo com o projeto (ver Capítulo 6 de *Caracterização do Empreendimento*) Esta situação se dá em concordância com o critério utilizado para a avaliação da APP pertinente à planície de inundação, que se baseou no critério de “*nível mais alto*”, inserido na Resolução CONAMA nº 303/02.

Analisando o estudo elaborado tem-se que o nível mais alto atingido por um curso d'água acontece na época das cheias e corresponde ao nível atingido nas áreas inundadas pelas águas que transbordam da calha fluvial (do leito menor do curso d'água). Neste contexto, as águas deixam registrada a área que elas ocuparam (leito maior), com deposição de sedimentos fluviais. O limite da área ocupada por sedimentos fluviais, além de marcar o limite do “*nível mais alto*” atingido pelas enchentes, corresponde também ao limite da planície de inundação ou várzea.

Já na Resolução CONAMA nº 303/02, são consideradas de preservação permanente as áreas com um raio de 50 (cinquenta) metros ao redor de nascentes ou olhos d'água. No estudo elaborado foram identificadas 4 (quatro) nascentes que se enquadram nesta situação, conforme Capítulo 7 de *Diagnóstico Ambiental*.

Outra situação que determina APP é a declividade. De acordo com o levantamento clinométrico do terreno conforme planta que apresentado neste EIA, demonstra que as faixas de declividades foram agrupadas da seguinte maneira:

Quadro 5.3.1. - Declividades

Declividade (%)	% do Terreno
0 a 15	60,01
15,1 a 30	27,04
30,1 a 45	9,38
45,1 a 60	3,57
Total	100,00

Conforme pode ser observado não existe restrição legal para a ocupação do terreno, considerando a Lei Federal nº 4.771/65 e suas alterações, quanto a este critério, pois não existe declividade igual ou maior que 100%. Apenas as faixas maiores que 30% de declividade para serem ocupadas, necessitam de critérios geotécnicos e ajustamento à legislação específica para a ocupação destas faixas de declividade. É o que determina também a Lei Federal nº 6.766/79, as áreas a partir de 30% de declividade, para serem ocupadas, necessitam de critérios geotécnicos e geológicos.

No entanto, as áreas impeditivas para ocupação são as que se situam nas encostas ou partes destas com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive, conforme determinam a Lei Federal nº 4.771/65 (Código Florestal) e a Resolução CONAMA nº 303 de 20/03/02.

Neste sentido, tem-se que o projeto do empreendimento atende às legislações vigentes tanto no que diz respeito à ocupação em áreas de declividade quanto à conservação da faixa não edificável determinada pela Legislação Municipal.

Ainda em relação à proteção de APP, a Lei Complementar Municipal nº 416/04, art. 65, §§ 4º e 5º, determina que ao longo dos cursos d'água e ao redor de lagoas, lagos, olhos d'água, nascentes e reservatórios deverão ser reservadas as faixas de preservação com largura definida pela legislação pertinente, observado o mínimo de 30,00 (trinta) metros de cada lado e mantida a vegetação no local.

Interessante ainda neste sentido, colocar algumas questões relativas à intervenção de baixo impacto em APP.

A Resolução CONAMA nº 369/06 determina que a intervenção ou supressão de vegetação em APP situada em área urbana dependerá de autorização do Órgão Ambiental Municipal, desde que o Município possua Conselho de Meio Ambiente, com caráter deliberativo, e Plano Diretor ou Lei de Diretrizes Urbanas, no caso de Municípios com menos de vinte mil habitantes, mediante anuência prévia do Órgão Ambiental Estadual competente, fundamentada em parecer técnico.

Nesta mesma norma, considera-se intervenção ou supressão de vegetação, eventual e de baixo impacto ambiental, em APP: abertura de pequenas vias de acesso interno e suas pontes e pontilhões, quando necessárias à travessia de um curso de água; implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e efluentes tratados, desde que

comprovada a outorga do direito de uso da água, quando couber; implantação de corredor de acesso de pessoas e animais para obtenção de água; implantação de trilhas para desenvolvimento de ecoturismo; construção de rampa de lançamento de barcos e pequeno ancoradouro; construção e manutenção de cercas de divisa de propriedades; plantio de espécies nativas produtoras de frutos, sementes, castanhas e outros produtos vegetais em áreas alteradas, plantados junto ou de modo misto; outras ações ou atividades similares, reconhecidas como eventual e de baixo impacto ambiental pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente. Ou seja, caso haja a necessidade de intervenção de baixo impacto nas APPs do local do empreendimento, mediante autorização, elas poderão ocorrer.

Além de definir as intervenções de baixo impacto em APP, a resolução CONAMA nº369/06 determina que as obras essenciais de infra-estrutura destinadas aos serviços públicos de transporte são consideradas de utilidade pública.

A legislação vigente determina que em casos de utilidade pública, e desde que autorizada pelo órgão ambiental competente, poderá ocorrer supressão de vegetação. Neste sentido, especificamente quando se trata da construção de uma via de acesso (rua / avenida) que passa pelo loteamento fazendo a interligação entre o loteamento, e a Av. 14 de Dezembro, no Município de Jundiaí, fica configurada a utilidade pública desta via, podendo ser autorizada, para este caso específico, a supressão de vegetação e a intervenção em APP, se for o caso.

Por fim, não há que se falar nas demais restrições legais uma vez que as características do local não trazem topos de morro ou montanhas, restingas, escarpas e outros tipos de APP determinadas pelo Código Florestal e pela Resolução CONAMA nº 303/02.

5.4. Vegetação

A região de Jundiaí está situada em área de domínio da Mata Atlântica, conforme definido pelo Decreto Federal nº750/93 especificamente em área de Floresta Estacional Semidecidual, numa faixa de transição com a Floresta Ombrófila, onde ainda existem remanescentes florestais.

Recentemente a Lei Federal nº 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica) considerou como bioma Mata Atlântica a Floresta Ombrófila, determinando que somente os remanescentes de vegetação nativa no estágio primário e nos estágios secundário inicial, médio e avançado de regeneração terão seus usos por ela regulados.

Assim, tem-se, portanto, as legislações que tratam especificamente da proteção da Mata Atlântica são o Decreto Federal nº 750/93, a Lei Federal nº 11.428/06, além das Resoluções do CONAMA e demais legislações vigentes.

Com exceção do reflorestamento de eucaliptos, as demais formas de vegetação são reguladas pelo Decreto Federal nº 750/96 e pela Lei Federal 11.428/06. Desta forma tem-se que a proteção e a utilização do bioma Mata Atlântica têm por objetivo geral o desenvolvimento sustentável e, por objetivos específicos, a salvaguarda da biodiversidade, da saúde humana, dos valores paisagísticos, estéticos e turísticos, do regime hídrico e da estabilidade social.

O corte e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração do bioma Mata Atlântica ficam vedados quando: a vegetação abrigar espécies da flora e da fauna silvestres ameaçadas de extinção, em território Nacional ou em âmbito Estadual, assim declaradas pela União ou pelos Estados, e a intervenção ou o parcelamento puserem em risco a sobrevivência dessas espécies; exercer a função de proteção de mananciais ou de prevenção e controle de erosão; formar corredores entre remanescentes de vegetação primária ou secundária em estágio avançado de regeneração; proteger o entorno das unidades de conservação ou possuir excepcional valor paisagístico, reconhecido pelos órgãos executivos competentes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA (art. 11, da Lei Federal nº 11.428/06)¹.

Nas áreas urbanas, assim consideradas em lei, o parcelamento do solo para fins de loteamento ou qualquer edificação em área de vegetação secundária, em estágio médio de regeneração, do bioma Mata Atlântica, devem obedecer ao disposto no Plano Diretor do Município e demais normas aplicáveis, e dependerão de prévia autorização do Órgão Estadual competente, ressalvado o disposto nos arts. 11, 12 e 17 da Lei Federal nº 11.428/06.

Nos perímetros urbanos aprovados até a data de início de vigência da Lei Federal nº 11.428/06, a supressão de vegetação secundária em estágio médio de regeneração somente será admitida, para fins de loteamento ou edificação, no caso de empreendimentos que garantam a preservação de vegetação nativa em estágio médio de regeneração em no mínimo 30% (trinta por cento) da área total coberta por esta vegetação.

Esta Lei determina ainda que quando os novos empreendimentos implicarem no corte ou na supressão de vegetação do bioma Mata Atlântica deverão ser implantados preferencialmente em áreas já substancialmente alteradas ou degradadas (art. 12, Lei nº 11.428/06).

A supressão de vegetação no estágio médio de regeneração situada em área urbana dependerá de autorização do Órgão Ambiental Municipal competente, desde que o Município possua conselho de meio ambiente, com caráter deliberativo e plano diretor, mediante anuência prévia do Órgão Ambiental Estadual competente fundamentada em parecer técnico (art. 14, § 2º, Lei Federal nº 11.428/06).

Em consonância com toda a Legislação Federal, o Plano Diretor de Jundiaí, Lei Complementar nº 415/04, em seu art. 59, “d”, determina que a manutenção ou recomposição da vegetação nativa em pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos imóveis, em caso de novas ocupações, exceto nos lotes de uso residencial regularmente aprovados, com área inferior a 1000 m².

Cabe ressaltar que como a vegetação nativa é remanescente de Mata Atlântica não poderá haver a supressão. Assim, o percentual correspondente ao agrupamento de árvores nativas será preservado.

1 Em 21/09/2007 a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo - SMA editou a Resolução 40/07 que “Dispõe sobre a execução do Projeto Estratégico Desmatamento Zero e dá providências correlatas”. Esta resolução não incide no presente empreendimento uma vez que não haverá corte de vegetação em estágio médio de regeneração.

Uma consideração relativa ao Decreto que regulou a APA de Jundiaí deve ser feita. Conforme este documento legal, os remanescentes de vegetação de Mata Atlântica nos estágios médio e avançado de regeneração existentes na Zona de Restrição Moderada da APA (onde está situado este empreendimento), podem sofrer bosqueamento, desde que o projeto seja aprovado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (art. 28, Decreto Estadual nº 43.284/98).

De acordo com o projeto elaborado para o empreendimento “**Loteamento AlphaVille Jundiaí**”, os agrupamentos de árvores nativas, bem como a vegetação secundária em estágio médio de regeneração serão preservados e, ainda, serão preservados de forma a manter o corredor remanescente de vegetação, conforme projeto elaborado (ver Capítulo 6 de *Caracterização do Empreendimento*).

Caso haja a necessidade de supressão da vegetação secundária em estágio inicial (pioneiro e inicial) os Órgãos Municipal e Estadual deverão ser consultados.

5.5. Unidades de Conservação

A Lei Federal nº 9.985/00, regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.340/00 (alterado pelo Decreto Federal nº 5.566/05) instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, estabeleceu critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

Esta Lei dividiu as Unidades de Conservação em dois grupos:

- **Unidades de Proteção Integral** cujo objetivo básico é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei. São elas: Estações Ecológicas, reserva Biológica, Parque Nacional, Estadual e Municipal e Refúgio de Vida Silvestre;
- **Unidades de Uso Sustentável** cujo objetivo básico é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. São elas: Área de Proteção Ambiental –APA, Área de Relevante Interesse Ecológico – ÁRIE, Florestal Nacional – FLONA, Reserva Extrativista e Reserva particular de Patrimônio Natural – RPPN.

5.5.1. APA de Jundiaí

O empreendimento “**Loteamento AlphaVille Jundiaí**” está localizado na APA de Jundiaí, criada pela Lei Estadual nº 4.023/84 e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 43.284/98, mais especificamente na Zona de Restrição Moderada que é destinada à proteção dos remanescentes de mata nativa e das várzeas não impermeabilizadas (art. 26, Decreto Estadual nº 43.284/98), conforme figura apresentada no Capítulo 7 de *Diagnóstico Ambiental*, no item referente ao Meio Biótico.

O referido Decreto prevê possibilidade de loteamento na APA de Jundiaí desde haja o respectivo licenciamento ambiental.

Nas zonas de restrição moderada, os novos parcelamentos do solo, que impliquem na abertura de novas vias, públicas ou particulares, devem compatibilizar-se com o disposto nos respectivos Planos Diretores e Leis Municipais de Uso e Ocupação do Solo e atender ao seguinte as diretrizes do art. 10, quais sejam, *verbis*:

I - implantação, quando necessário, de sistemas de coleta e tratamento de efluentes líquidos, que devem estar efetivamente em condições de funcionamento antes da ocupação dos lotes;

II - implantação de sistema de coleta e transporte de resíduos sólidos;

III - vias públicas dotadas de sistema de drenagem das águas superficiais e implantado de forma adequada;

IV - áreas verdes públicas não impermeabilizadas, correspondentes a 20% (vinte por cento) do tamanho da gleba;

V - programação de plantio de áreas verdes e de arborização do sistema viário;

VI - implantação de cobertura vegetal ou outro tipo de proteção superficial em todas as áreas terraplenadas ou desprovidas de vegetação;

VII - execução das vias locais, dos acessos de pedestres, das calçadas e dos estacionamentos com técnicas que, comprovadamente, permitam a infiltração das águas pluviais;

VIII - a observância do disposto no Decreto nº 33.499, de 10 de julho de 1991, quando se tratar de parcelamento do solo para fins residenciais ou núcleos habitacionais.

§ 1º - O disposto nos incisos VI e VII deste artigo deve ser executado concomitantemente à terraplenagem e à instalação da rede de saneamento básico.

§ 2º - Nos parcelamentos do solo, a critério do órgão ambiental competente, as áreas de preservação permanente definidas no artigo 2º da Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, podem ser incorporadas aos lotes ou destinadas às áreas verdes públicas de que trata a Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979.

§ 3º - As áreas públicas não impermeabilizadas, de que trata o inciso IV, podem ser constituídas pelo sistema de lazer e pela área dos passeios efetivamente não pavimentados.

§ 4º - Nas vias coletoras e de tráfego mais intenso, a largura do leito carroçável deve corresponder a 55% (cinquenta e cinco por cento) da largura total da via pública.

§ 5º - Nas vias públicas de tráfego local a largura do leito carroçável poder ser de 7,00m (sete metros)."

Nesta APA é vedado o lançamento de efluentes líquidos sanitários ou industriais, sem o devido tratamento e o regular licenciamento ambiental, em qualquer corpo d'água ou no solo.

O Plano de Trabalho para a elaboração do presente EIA e seu respectivo RIMA foi remetido ao Conselho Gestor da APA e foi objeto de uma discussão com os membros do referido Conselho que aprovaram o documento, conforme Deliberação apresentada no **Anexo 1** deste EIA.

As demais questões referentes ao zoneamento foram tratadas no item 5.2 deste texto.

5.5.2. *REBIO da Serra do Japi*

A Lei Municipal nº 3.672/81 criou a Reserva Biológica Municipal da Serra do Japi, determinando que serão regulamentadas a delimitação da área e a administração da Reserva. Esta Lei foi regulamentada pela Lei Complementar nº 417/04 que criou o Sistema de Proteção das Áreas da Serra do Japi.

A Reserva Biológica tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais. A Reserva Biológica é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

Uma observação deve ser feita no tocante às Unidades de Conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, as demais Unidades de Conservação devem possuir uma zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos.

5.6. Recursos Hídricos

5.6.1. *Comitês de Bacias Hidrográficas*

Consoante às disposições da Constituição do Estado de São Paulo (1989) sobre os recursos hídricos regionais (Título VI, Cap. IV, Seção II), a Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei nº 7.663/91) adotou o modelo de planejamento e gestão por unidade de bacia hidrográfica, precedendo a reformulação legal e institucional sobre a matéria no Nível Federal, por meio da Lei nº 9.433/97 (institui a Política Nacional de Recursos Hídricos) e do Decreto Federal nº 2.612/98 (regulamenta o Conselho Nacional de Recursos Hídricos).

A Lei Estadual nº 7.663/91 instituiu o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) e os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) como órgãos de coordenação, dentro do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (SIGRH). Estabeleceu, ainda, o monitoramento da qualidade das águas superficiais (a ser publicado anualmente pela CETESB), as competências do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) no âmbito do SIGRH, e a possibilidade de constituição de Agências de Bacia.

A Lei Estadual nº 9.034/94 instituiu o Plano Estadual de Recursos Hídricos, sendo que cada uma das 22 bacias regionais constitui uma Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI), o empreendimento está localizado na da UGRHI-5 – Piracicaba/Capivari/Jundiaí.

O Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí - CBPCJ, aprova, pela Deliberação CBH-PCJ/001/93, o seu Estatuto para composição, organização, competência e funcionamento, de acordo com o disposto nos artigos 22, 24, e 26 da Lei Estadual nº 7.663/91.

5.6.2. Outorga pelo Direito de Uso dos Recursos Hídricos

A outorga é o ato administrativo mediante o qual o poder público outorgante (União, Estado ou Distrito Federal) faculta ao outorgado (requerente) o direito de uso de recurso hídrico, por prazo determinado, nos termos e nas condições expressas no respectivo ato administrativo.

Como a emissão da outorga está diretamente ligada ao uso da água, cabe esclarecer que “a água tem diversos usos: *abastecimento humano, dessedentação animal, irrigação, indústria, geração de energia elétrica, preservação ambiental, paisagismo, lazer, navegação, etc.* Para que esses usos sejam utilizados de forma organizada é necessário que o Estado, por meio da outorga realize sua distribuição observando a quantidade e a qualidade adequadas aos atuais e futuros usos. Assim sendo, o instrumento de outorga é necessário para o gerenciamento dos recursos hídricos, pois permite ao administrador (outorgante) realizar o controle quali-quantitativo da água, e ao usuário (requerente) a necessária autorização para implementação de seus empreendimentos produtivos. É, também, um instrumento importante para minimizar os conflitos entre os diversos setores usuários e evitar impactos ambientais negativos aos corpos hídricos”².

A Resolução CNRH nº 16/01 deixa claro que, “a outorga de direito de uso de recursos hídricos é o ato administrativo mediante o qual a autoridade outorgante faculta ao outorgado previamente ou mediante o direito de uso de recurso hídrico, por prazo determinado, nos termos e nas condições expressas no respectivo ato, consideradas as legislações específicas vigentes” (Art. 1º).

Cabe esclarecer que a outorga não implica alienação total ou parcial das águas, que são inalienáveis, mas o simples direito de uso, e que confere o direito de uso de recursos hídricos condicionado à disponibilidade hídrica e ao regime de racionamento, sujeitando o outorgado à suspensão da outorga. (Resolução CNRH Nº 16/01, art. 1º, §§ 1º e 2º)

Assim como as outorgas para uso de recursos hídricos, as outorgas para lançamento de efluentes também estão condicionadas à existência de vazões mínimas que garantam essa capacidade de auto-depuração do corpo receptor, conforme estipulado no Art. 15 da Resolução CNRH Nº 16/01 transcrito a seguir:

2 www.ana.gov.br, acesso em 28.03.2007.

“A outorga de direito de uso da água para o lançamento de efluentes será dada em quantidade de água necessária para diluição da carga poluente, que pode variar ao longo do prazo de validade da outorga, com base nos padrões de qualidade da água correspondentes à classe de enquadramento do respectivo corpo receptor e/ou em critérios específicos definidos no correspondente plano de recursos hídricos ou pelos órgãos competentes”.

Assim como a Legislação Federal, a Legislação Estadual determina que a implantação de qualquer empreendimento que demande a utilização de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos, a execução de obras ou serviços que alterem seu regime, qualidade ou quantidade dependerá de prévia manifestação, autorização ou licença dos órgãos e entidades competentes (art. 9º, da Lei Estadual nº 7.663/91, alterada pela Lei Estadual nº 10.843/01).

A Portaria DAEE nº 717/96, art. 3º, determina que o uso dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos do Estado de São Paulo dependerá de autorização prévia do DAEE. Assim sendo, se, em razão de execução de obras ou serviços, houver a necessidade de alteração do regime, da quantidade e da qualidade dos recursos hídricos superficiais a autorização deverá ser solicitada previamente.

Assim, o empreendedor requereu a outorga de direito de uso dos recursos hídricos para o DAEE, conforme documentação apresentada no **Anexo 3** deste EIA.

Quanto às Legislações Municipais concernentes aos recursos hídricos, de acordo com a Constituição Federal, art. 23, poderá, juntamente com a União, os Estados e do Distrito Federal, registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos em seus territórios. Compete ainda aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a Legislação Federal e Estadual no que couber (art. 30, I e II, da Constituição Federal).

O Art. 65, § 2º, Lei Complementar nº 416/04, determina que nenhum curso d'água poderá ser alterado, retificado ou desviado sem a autorização da Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente e a aprovação do respectivo projeto pela Secretaria Municipal de Obras.

5.7. Poluição

5.7.1. Poluição do Solo

a) Movimentação de Terra

De acordo com o Decreto Estadual nº 43.284/98, movimentações de solo acima de 100 m² na área da APA devem ser licenciadas junto ao DEPRN.

b) Resíduos

A NBR Nº 10.004/2004 classifica os resíduos sólidos quanto aos seus riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública, para que esses resíduos possam ter manuseio e destinação final adequados. A norma estabelece duas classes para enquadramento dos

resíduos: Classe I – resíduos perigosos e Classe II resíduos não perigosos, não inertes (Classe IIA), inertes (Classe IIB). Na Classe I estão enquadrados os resíduos sólidos com características inflamáveis, corrosivas, reativas, tóxicas e patogênicas. Na Classe II, os resíduos com propriedades de combustibilidade, biodegradabilidade ou solubilidade em água e os resíduos insolúveis.

A Resolução CONAMA Nº 307/02 estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil. Classifica os resíduos em quatro categorias (A, B, C e D). O objetivo desta Resolução é a redução do volume de resíduos da construção civil, o estímulo à reciclagem e a disposição adequada dos resíduos para os quais não se dispõe ainda de tecnologias de reciclagem aplicável ou economicamente viável. Com relação à deposição de materiais resultantes da construção civil, classe A, atendendo a Resolução CONAMA nº 307 de 05/07/02, este material deve ser depositado em local adequado, devidamente licenciado.

c) Poluição da Água

Na esfera Federal, a Resolução CONAMA Nº 357/05, estabeleceu nova classificação dos corpos de água e novas diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabeleceu as condições e padrões de lançamento de efluentes, revogando a Resolução CONAMA Nº 20/86.

O enquadramento e/ou classificação de qualidade dos recursos hídricos em um trecho de corpo d'água não significa, necessariamente, o nível de qualidade que este apresenta num determinado momento, mas sim aquele que se busca alcançar ou manter por longo tempo. Nesse sentido, cabe ao Órgão Federal ou Estadual competente o enquadramento das águas sob sua gestão, ouvidas outras entidades interessadas.

A qualidade da água do rio Jundiá na região de Jundiá está classificada de acordo com o Decreto Estadual nº 10.755/75, como classe 4 (altamente poluída) desde a área urbana de Jundiá até à sua foz.

No âmbito Estadual deverão ser atendidos os padrões de qualidade da água e de lançamentos de efluentes determinados pelo Decreto nº 8.486/76.

d) Poluição do Ar

Empreendimentos como esse não apresenta potencialidade, por si só, de causar danos à atmosfera, podendo-se considerar a possibilidade desses sofrerem a influência de fontes de poluição do ar próximas, o que não é o caso deste projeto, uma vez que não há fontes de poluição do ar a distâncias que possam causar incômodos aos futuros habitantes e trabalhadores do loteamento. Entretanto em sua fase de implantação e na de operação quando da construção de residências pode haver a ocorrência de alguns impactos associados à poluição do ar causada pela movimentação de máquinas e operações de corte e aterro, mas trata-se de situações impactos localizados e temporários.

e) Poluição Sonora

De acordo com a Resolução CONAMA Nº 01/90, os altos níveis de ruído são responsáveis pela deterioração da qualidade de vida e estão sujeitos ao controle da poluição do meio ambiente. Essa Resolução, em seu Art. 1º, determina que “a emissão de ruídos, em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive as da propaganda política, obedecerá, no interesse da saúde, do sossego público, aos padrões, critérios e diretrizes estabelecidas nesta Resolução”. Este documento legal menciona que deverão ser obedecidos os níveis estabelecidos pelas Normas NBR 10.151 e 10.152.

A regulamentação da poluição sonora foi delegada ao IBAMA pela Resolução CONAMA nº 02/90, que também estabeleceu o “Programa Nacional de Educação e Controle da Poluição Sonora”. Essas duas resoluções adotaram os padrões NBR 10.151 (Avaliação dos Níveis de Ruído em Áreas Habitadas) e 10.152 (Níveis de Ruído para Conforto Acústico) para controle da poluição sonora.

A NBR 10.152 (**Quadro 5.7.1.1**) normatiza os níveis de conforto acústico para ambientes externos, conforme indicado no quadro a seguir.

Quadro 5.7.1.1. - Nível de Critério de Avaliação (NCA) para Ambientes Externos, em dB(A)

Tipo de Áreas	Diurno	Noturno
Áreas de sítios e fazendas	40	35
Área estritamente residencial urbana ou de hospitais ou de escolas	50	45
Área mista, predominantemente residencial	55	50
Área mista, com vocação comercial e administrativa	60	55
Área mista, com vocação recreacional	65	55
Área predominantemente industrial	70	60

Os limites de horário para o período diurno e noturno podem ser definidos pelas autoridades de acordo com os hábitos da população. Porém, conforme estabelecido na Norma NBR 10.151, o período noturno não pode começar depois das 22 h e não deve terminar antes das 7 h do dia seguinte. Se o dia for domingo ou feriado, o término do período noturno não deve ser antes das 9 h.

A NBR 10.152 também define níveis de ruídos internos aceitáveis segundo alguns tipos de usos ou atividades. No caso do empreendimento, esses níveis máximos deverão ser respeitados no tocante aos usos residenciais e área mista, com vocação comercial.

No caso presente, apesar da modificação do uso de solo da ADA que o empreendimento causará, passando de um uso rural para urbano, o tipo de ocupação predominante, bem como a densidade demográfica prevista para a área fazem com que essa não venha a se constituir em fonte significativa de geração de ruídos. Pelo contrário, como se verá no Capítulo 7 de *Diagnóstico Ambiental*, a área sofre certa interferência da geração de ruídos das rodovias limítrofes à mesma, o que levou o empreendedor a adotar as providências de projeto apresentadas no Capítulo 6 de *Caracterização do Empreendimento*.

5.8. Compensação Ambiental

A compensação ambiental é um mecanismo financeiro de compensação pelos efeitos de impactos não mitigáveis ocorridos quando da implantação de empreendimentos, e identificados no processo de licenciamento ambiental.

Esta compensação é obrigatória para empreendimentos causadores de significativo impacto ambiental, ficando o empreendedor obrigado a apoiar a implantação e manutenção de Unidade de Conservação do Grupo de Proteção Integral, quais sejam Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional (Estadual e Municipal), Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre.

A definição do grau de impacto ambiental causado pela implantação de cada empreendimento deverá ser feita pelo órgão ambiental licenciador a partir da análise do EIA/RIMA, realizado quando do processo de licenciamento ambiental, e com fundamento em base técnica específica, para que, então, possa avaliar os impactos negativos e não mitigáveis e fixar o montante da compensação ambiental. Para efeitos do grau de impacto ambiental serão considerados somente os impactos ambientais causados aos recursos ambientais.

Vale ressaltar que os impactos ambientais devem ser negativos e não mitigáveis, ou seja, o empreendimento deverá se enquadrar nas duas situações concomitantemente.

Analisando a legislação vigente sobre o tema, tem-se que o valor da compensação que era flexível na Lei Nº 9.985/00 e no Decreto Nº 4.340/02 foi fixado pelo Art. 15, da Resolução CONAMA nº 371/06. O valor da compensação ambiental fica fixado em 0,5% (meio por cento) dos custos previstos para a implantação do empreendimento até que o órgão ambiental estabeleça e publique metodologia para definição do grau de impacto ambiental.

Uma vez definidos os valores, sejam eles combinados ou pagos, não haverá reavaliação, nem haverá a obrigatoriedade de destinação de recursos complementares constantes em acordos, termos de compromisso, Termos de Ajustamento de Conduta - TAC, contratos, convênios, atas ou qualquer outro documento formal, firmados pelos órgãos ambientais a título de compensação ambiental (Arts. 14 e 15, da Resolução CONAMA Nº 371/06).

O percentual estabelecido para a compensação ambiental de novos empreendimentos deverá ser definido no processo de licenciamento quando da emissão da Licença Prévia, ou, quando esta não for exigível, da Licença de Instalação. O desembolso da compensação ambiental não será exigido antes da emissão da Licença de Instalação. É no momento da emissão da Licença de Instalação que será fixado o montando da compensação e celebrado o termo de compromisso, que deverá prever mecanismo de atualização dos valores dos desembolsos.

Cabe ao EIA sugerir os valores para a compensação e as Unidades de Conservação mais adequadas, mas a decisão final é da Câmara de Compensação Ambiental juntamente com o órgão licenciador e não do empreendedor (Arts 9º e 10, da Resolução CONAMA Nº 371/06).

No tocante à compensação por supressão de vegetação, a Legislação Federal o art. 5º da resolução CONAMA nº 369/06 determina que o órgão ambiental competente estabelecerá,

previamente à emissão da autorização para a intervenção ou supressão de vegetação em APP, as medidas ecológicas, de caráter mitigador e compensatório, previstas no § 4º, do art. 4º, da Lei nº 4.771, de 1965, que deverão ser adotadas pelo requerente. Sendo que para os empreendimentos e atividades sujeitos ao licenciamento ambiental, as medidas ecológicas, de caráter mitigador e compensatório, previstas neste artigo, serão definidas no âmbito do referido processo de licenciamento, sem prejuízo, quando for o caso, do cumprimento das disposições do art. 36, da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

As medidas de caráter compensatório acima mencionadas consistem na efetiva recuperação ou recomposição de APP e deverão ocorrer na mesma sub-bacia hidrográfica, e prioritariamente: na área de influência do empreendimento, ou nas cabeceiras dos rios.

No Estado de São Paulo a Câmara de Compensação Ambiental, criada pela Resolução SMA nº 12/02, tem por objetivo analisar e propor a aplicação e o destino dos recursos provenientes da compensação ambiental de empreendimentos e atividades cujo licenciamento esteja condicionado à apresentação e aprovação de EIA/RIMA.

Assim sendo, cabe ao EIA indicar os valores para a compensação e as Unidades de Conservação mais adequadas, mas a decisão final é da Câmara de Compensação Ambiental e não do proponente.

No presente caso, a empresa responsável pelo empreendimento deverá fazer a compensação ambiental no limite de 0,5% (meio por cento) dos custos previstos para a implantação do loteamento com a finalidade de apoiar a manutenção de Unidade de Conservação do Grupo de Proteção Integral e da APA de Jundiá.

A compensação pelo corte de árvores nativas isoladas é regulamentada pela Portaria DEPRN nº 44/95. Nos termos do Artigo 5º dessa Portaria, admite-se o corte de indivíduos arbóreos isolados mediante plantio compensatório em proporções que variam de 10:1 até 25:1, dependendo da quantidade de árvores a serem suprimidas, devendo efetuar-se o plantio, preferencialmente, em locais degradados dentro de áreas de preservação permanente. Cabe mencionar, neste contexto, que esse tipo de compensação não é passível de contabilização como parte do atendimento às exigências da Resolução CONAMA nº 02/96.

A Resolução nº SMA 20/01 define a quantidade de espécies por hectare e a percentagem de mudas a serem plantadas nas áreas sujeitas à compensação considerando as peculiaridades locais e regionais.

Cabe ressaltar a importância do artigo 1º da Lei Estadual nº 10.780/2001, *“ficam obrigadas à reposição florestal as pessoas físicas ou jurídicas que explorem, suprimam, utilizem, consumam ou transformem produtos ou subprodutos florestais”*.

Este mesmo artigo em seu parágrafo único determina que *“a reposição florestal obrigatória deverá ser realizada com espécies adequadas (exóticas e/ou nativas), utilizando técnicas silviculturais que garantam o objetivo do empreendimento, a manutenção da biodiversidade, o manejo compatível com o ecossistema e cuja produção seja, no mínimo, equivalente à exploração, supressão, utilização, transformação ou consumo”*.

O Decreto que regula a APA de Jundiaí também traz uma consideração sobre a compensação em caso de supressão de vegetação que é a seguinte: *“a supressão, quando comprovadamente necessária, de remanescentes em áreas inferiores a 10.000 m² (dez mil metros quadrados), condiciona-se à recomposição vegetal de área equivalente ao dobro da área suprimida, no perímetro da respectiva APA, segundo projeto seja aprovado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (art. 28, parágrafo único, Decreto Estadual nº 43.284/98)”*.

O DEPRN é o órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente que tem a competência para tratar das questões relacionadas à vegetação de maneira geral. Assim, diretrizes de compensação ambiental, encontradas no site oficial do DEPRN trazem as seguintes informações: *“no caso dos degradadores ou utilizadores dos recursos naturais, a reposição florestal deverá ser feita através do plantio de árvores no próprio local do dano ou do objeto do licenciamento ou, excepcionalmente, caso não existam condições técnicas ou locais para o plantio no local, poderá ser feito nas proximidades, dentro da mesma microbacia hidrográfica”*.